

Conheça projetos de lei do vereador Gilson Reis, leis aprovadas a partir de projetos apresentados pelo vereador, e projetos de sua autoria que tramitam na Câmara Municipal de Belo Horizonte

## Educação

1. Lei n. 10.946/16 (co-autoria): Obriga a contratação de profissional graduado em Educação Física nos 1º e 2º ciclos do Ensino Fundamental, valorizando esse profissional na modalidade licenciatura graduação plena.

2. PL 742/13 (em 2o turno): Propõe a inclusão da representatividade social e sindical no Conselho Municipal de Educação e altera a Lei que institui o sistema Municipal de Ensino de Belo Horizonte.

3. PL 795/13 (em 2o turno): Equipara o salário do professor municipal e do professor para Educação Infantil de Belo Horizonte.

4. PL 347/13 (em 2o turno): Autoriza o Poder Executivo Municipal a destinar 75% das receitas recebidas, a título de compensação financeira advinda do Fundo Especial de Royalties do Petróleo, para área de educação infantil, e 25% para área da saúde, em acréscimo ao limite assegurado na Constituição Federal e na Lei Orçamentária do Município de BH.

5. PL 1837/16 (1o Turno): Concede o passe livre estudantil aos estudantes de escolas públicas e privadas de Belo Horizonte no sistema de transporte coletivo urbano.

6. PL 2035/16 (1o Turno): Institui o Programa “Escola Democrática” em contraposição ao “Escola Sem Partido – Lei da Mordaza”, garantindo o respeito à pluralidade, à livre manifestação, não violência e não discriminação nas escolas. Gilson Reis é membro do Conselho Municipal de Educação.

## Mulheres

7. Lei n. 10.914/16: Lei das Doulas – Obriga as maternidades, casas de parto e estabelecimentos hospitalares da rede pública e privada a permitirem a presença de Doula durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, sempre que solicitada pela parturiente.

8. Lei n. 10.969/16: Institui o Dia Municipal da Mulher Negra, Dona Valdete da Silva Cordeiro, no dia 25 de julho.

9. Lei n. 10.940/16: Lei da Amamentação Livre – Garante o direito à livre amamentação no Município. O estabelecimento que constranger a mulher estará sujeito a multa.

10. Lei n. 2.030/16: Lei Pai Presente – Altera a licença paternidade dos Servidores Públicos Municipais, aumentando de 5 para 20 dias o tempo de licença dos servidores, para maior divisão de tarefas e presença adequada do pai nos primeiros dias de vida da criança.

11. PL 1543/15: Projeto de Lei sobre violência doméstica. Propõe remanejamento e destinação de vagas para crianças filhas de mães que sofreram violência doméstica, para escolas mais próximas da atual residência da mãe, distante do agressor.

12. Autor das emendas parlamentares que destinam R\$ 3 milhões para a abertura do Centro de Parto Normal Leonina Leonor.

13. Autor da transformação da creche da UFMG em UMEI, entre outras lutas.

## Negritude

14. Lei n.10.890/15: Institui o feriado municipal do Dia da Consciência Negra em 20 de novembro.

15. PL 248/17 (1o turno): Declara a cidade de Soweto, na África do Sul, cidade-irmã de Belo Horizonte. Na luta contra o racismo, este é um reconhecimento da dívida histórica que carregamos, da importância da luta daquele povo pela justiça social, daí o estreitamento de laços com aquela cidade referência.

16. PL 249/17 (1o Turno): Institui o Dia Municipal de Luta dos Estudantes Contra o Racismo, a ser celebrado no dia 16 de junho.

## Moradia

17. PL 2057/16 (2o Turno): Garante proteção, integridade física e emocional de crianças, adolescentes e mulheres grávidas em situação de conflito fundiário. Garante, ainda, antes do despejo, o cadastro dessas pessoas e local de abrigo digno. Após o despejo, garante que as famílias não sejam separadas e tenham acesso à saúde, educação e políticas públicas de assistência.

18. Autor de várias emendas para melhoria do Plano Diretor em conformidade com deliberações decididas na VI Conferência de Política Urbana.

19. Gilson Reis é membro do Conselho Municipal de Habitação.

## Cultura

20. Lei 10.850/15: Institui o dia 27 de fevereiro como Dia Municipal da Sukyo Mahikari, também conhecida como Art Mahikari, prática espiritualista de origem japonesa voltada para o aprimoramento do ser humano.

21. Lei n. 11126/18: Regulamenta a apresentação dos Artistas de Rua em BH, garantindo o direito ao trabalho e a sua permanência transitória nos espaços urbanos. Resguarda a livre manifestação dos artistas, capoeiristas, a exposição física de obras, permitindo a comercialização de bens culturais duráveis como CDs, DVDs, livros, quadros e peças artesanais, de autoria do artista ou grupo de artistas

22. PL 797/13 (2o turno): Estabelece a obrigatoriedade de construção de, no mínimo, uma sala de teatro para toda edificação de Centro Comercial ou similar com área construída acima de 40.000m<sup>2</sup>.

23. PL 1784/15 (1o turno): Institui o Programa Municipal de Fomento à Dança em Belo Horizonte, fortalecendo a produção artística na cidade.

24. PL 1842/16 (co-autoria – 2o turno): Proíbe o funcionamento dos equipamentos de som automotivos, popularmente conhecidos como paredões de som, nas vias, praças e demais logradouros públicos no âmbito do Município.

25. PL 1976/16 (1o Turno): Institui a Política Municipal de Incentivo às Mídias Locais, Regionais e Produtores de Conteúdo de Mídias Digitais no âmbito do Município, visando incentivo e democratização da comunicação.

26. PL 2055/16 (1o Turno): Acrescenta a música ao vivo, aparelhos eletrônicos, teatro, sarau de poesia, mágica e similares como “entretenimento” na classificação do Código CNAE da Receita Federal aos bares e restaurantes, garantindo que os estabelecimentos não sejam multados. Ao Executivo cabe a obrigação de estudo de impacto nos locais utilizados.

27. Lei n. 11170/19: Institui o Dia Municipal do Jazz, a ser comemorado no dia 30 de abril.

28. PL 970/20 (Coautoria) (1º Turno): Cria o Programa de Auxílio Emergencial para trabalhadores do setor cultural e para Espaços Culturais. A proposta é de que, durante o período da pandemia do coronavírus, o trabalhador do setor cultural faça jus a Auxílio Emergencial para Trabalhador do Setor Cultural equivalente a um salário mínimo, de R\$ 1.045,00 (um mil e quarenta e cinco

reais), ou da complementação até este valor, caso receba auxílio de renda básica no âmbito da União do Governo Federal.

## Trabalho

29. Lei n. 10.955/16: Garante o direito de greve, negociação coletiva e livre associação sindical aos Servidores Públicos de BH. O servidor público não poderá ser prejudicado, beneficiado, isento de um dever ou privado de qualquer direito em virtude do exercício da atividade ou da associação sindical. A liberdade e a autonomia de organização sindical no setor público pressupõem o direito à negociação coletiva, inclusive, como instrumento de solução de conflitos nas relações de trabalho.

30. Lei n. 10.960/16: Institui a \*Gratificação Técnico-Administrativa e Operacional (GTAO) no âmbito da SLU. Os empregados públicos vinculados à estrutura de pessoal da SLU licenciados para o exercício de mandato eletivo em diretoria de associação ou entidade sindical representativa de sua respectiva categoria profissional e os que forem nomeados para cargo em comissão ou função pública nos órgãos e entidades da administração municipal farão jus ao recebimento da GTAO pelo período que perdurar seu mandato.

31. PL 1783/15 (2o turno): Garante a regulação da atividade dos vendedores de flores na capital, alterando o Código de Posturas para incluir esses trabalhadores nessa prática cultural.

32. PL 1924/16 (1o Turno): Proíbe a demissão de agentes de bordo (trocador) dos serviços de transporte público em razão da implantação do sistema de bilhetagem eletrônica e/ou do modelo tarifário vigente e/ou por redução de custos.

33. PL 1961/16 (1o Turno): Proíbe a demissão dos vigias das Escolas Municipais, porteiros dos Centros de Saúde e Academias de Belo Horizonte em razão da implementação de vigilância eletrônica.

34. PL 2053/16 (1o Turno): Garante o Plano de carreira dos servidores públicos e a não perseguição aos servidores em mandato sindical na Câmara Municipal.

35. PL 281/17 (co-autoria – 1o turno): Regulamenta o “Food Truck” ou “Food bike” em BH, veículos pequenos que vendem alimentos nas ruas.

36. PL 955/20 – (co-autoria): Autoriza o Poder Executivo a complementar renda mínima emergencial e temporária para proteção social de grupos vulneráveis da população em casos de emergência ou calamidade

37. PL 989/20 – (turno único) Dispõe sobre a proibição de demissão de trabalhadores terceirizados da empresa pública Minas Gerais Administração e Serviços S.A - MGS prestadores de serviços no âmbito da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, até 6 (seis) meses após a extinção dos efeitos do Decreto N° 17.334, de 20 de abril de 2020, que declarou Estado de Calamidade Pública no Município de Belo Horizonte, em razão dos impactos decorrentes da pandemia causada pelo coronavírus (Covid-19)

## Saúde

38. Lei 10.949/16 (co-autoria): Cria o Programa Municipal de Vacinação contra o HPV (Human Papiloma Virus) implementado por meio de vacinação em todo o Município.

39. Lei 11.172/19: Cria o “Dia Branco e Vermelho” de conscientização a respeito da Deficiência Única da Surdocegueira em BH.

## Meio Ambiente e Política Urbana

40. PL 1511/15 (co-autoria – 1o turno): Desafeta os imóveis da Rodovia BR – 040, na altura do bairro Jardim Canadá, autorizando a alienação em forma de doação ao Instituto Estadual de Florestas para ser anexado à Estação Ecológica dos Fechos, com o objetivo de preservação ambiental e conservação dos reservatórios de água da região.

41. PL 202/17 (2o Turno): Propõe plano de alteração dos fios da rede elétrica para cabeamento subterrâneo em toda a cidade.

42. PL 704/19 (1º Turno): Dispõe sobre a destinação e a disposição final dos resíduos sólidos e rejeitos da mineração no Município de Belo Horizonte/MG. Apresenta soluções para que os rejeitos possam, satisfatoriamente, ser redefinidos como resíduos, já que são material de qualidade satisfatória na composição de artefatos utilizados na construção civil, tais como blocos para alvenaria, tijolos, telhas, pisos intertravados e asfalto, evitando o acúmulo e possíveis tragédias como em Mariana e Brumadinho.

43. PL 935/20 – Dispõe sobre a obrigatoriedade da permanência de calçamento permeável em vias locais sem cobertura asfáltica em Belo Horizonte, visando reverter, no médio e longo prazo, os graus de impermeabilização aos quais o tecido urbano foi historicamente submetido, diminuindo assim o impacto das enchentes.

44. PL 962/20 – Autoriza o Executivo a implementar Programa Emergencial de Implantação de Parques Lineares e de Encostas e de Preservação de Áreas Verdes Remanescentes, como forma de garantir a manutenção de áreas permeáveis às margens dos cursos d'água do Município; implementar ações para promover a estabilidade de encostas; garantir a integridade territorial e ambiental de áreas verdes remanescente

45. PL 1052/20 - Dispõe sobre a identificação dos cursos d'água do Município de Belo Horizonte e dá outras providências, trazendo informação,

conscientização, educação ambiental e podendo ainda inferir à criação de uma nova consciência coletiva acerca dos cursos d'água, podendo influenciar medidas futuras em relação ao planejamento urbano-ambiental do Município, no sentido de tornar a relação homem/natureza mais harmoniosa no âmbito de nossa cidade

46. Gilson Reis foi Presidente da CPI da Mineração na Serra do Curral.

47. Autor das subemendas que garantem Preservação das Áreas Verdes em BH

### **Administração**

48. PL 1918/16 (co-autoria – 1o turno): Propõe a revogação da PBH Ativos (revoga a Lei 10.003/10, que autoriza a criação de Sociedade sob controle acionário do Município).

49. Gilson Reis foi Presidente da CPI da PBH Ativos S.A.

50. Gilson Reis foi Presidente da Comissão Especial de Estudos da Lei Kandir.

### **Luta / Memória / Justiça**

51. PL 513/13 (2o turno): Cria a Comissão Municipal da Memória e Verdade Edgar de Godói da Mata Machado para examinar e esclarecer sobre graves violações de Direitos Humanos ocorridas contra qualquer pessoa em BH ou contra qualquer mineiro entre 1946 e 1988, contribuindo com a Comissão Nacional da Verdade e Justiça no direito à memória e à verdade.

52. PL 730/19: Propõe alterar o nome da Avenida 31 de Março (data que simboliza a Ditadura Militar) para Avenida Dom Luciano Mendes que, juntamente com Dom Helder Câmara, teve uma trajetória dedicada a proteção aos pobres,



luta pela justiça social, fé e amor ao próximo, participando ativamente das lutas em defesa do estado democrático de direito

### **Causa animal**

53. PL 738/19 – Altera a Lei do uso de cavalos em carroças: proíbe o uso de equipamento inadequado como chicote, aguilhão, freio tipo professora, ou de instrumento que possa causar sofrimento, dor e dano à saúde do animal, bem como outra forma de castigo imposta pelo proprietário sob qualquer pretexto. Permite o uso de ferraduras de borracha antiderrapantes, comprovadas como ideais para utilização em cidades com a topografia como a de Belo Horizonte, conforme demonstram laudos de veterinários da UFMG e Faculdade Newton Paiva e, durante o trabalho, deverá o animal estar arreado com equipamento completo que não lhe cause sofrimento.

### **Segurança**

54. PL 913/2020 – Obriga as agências bancárias a contratarem vigilância 24hs, com proteção durante a jornada de trabalho, dispendo de escudo de proteção ou cabine blindados, botão de pânico, além de dispositivo que acione sirene de alto volume no lado externo do estabelecimento para guarda ou vigilantes